

Alternativas não agradam

Entre as alternativas que têm sido apresentadas não se salva uma. O problema é que a inflação caminha rapidamente para os 15% ao mês (uma estabilidade neste nível seria temporária) e é este patamar que Modiano acredita ser o limite para o Governo reeditar um congelamento de preços.

Ele teme que a impossibilidade de decisões a longo prazo acentuem o processo recessivo, por absoluta falta de investimentos, e provoque uma estagnação na economia. Mas o principal efeito negativo de um congelamento de preços seria o de estimular o círculo vicioso — choque seguido de aceleração inflacionária.

Com a liberação do mercado, a especulação em torno de um novo choque eleva ainda mais os preços, provocando desalinhamentos e aumento da inflação. E preços relativos desajustados no início do processo é sinal de congelamento com vida curta.

Dércio Munhoz, professor de economia na Universidade de Brasília, concorda com Maia e Modiano. Ele critica um novo congelamento pelas mesmas razões expostas por seus colegas, mas admite um controle de preços dentro de um quadro de desindexação ampla da economia, como propõe Modiano. Só que com outros complementos, como recomposição salarial aos níveis de março e, principalmente uma queda dos juros reais.

Em outras palavras, uma moratória interna. Essa redução dos encargos financeiros, que chegam a 30% do PIB, equivalentes a CZ\$ 3,3 trilhões, resolveriam o conflito distributivo no País, disse Munhoz.

— Sem redução dos custos financeiros — reiterou o professor —, a inflação não cairá. O peso destes encargos sobre a inflação — explicou —, equivalem a 30% dos custos de qualquer

produto. O problema é que este Governo — ponderou — dificilmente vai enfrentar o setor financeiro, justamente um dos mais poderosos no País. Se ele tivesse legitimidade, se fosse politicamente forte, reduziria os juros e deixaria que o sistema financeiro, pelo menos desta vez, arcasse com as perdas de uma redistribuição de renda.

A OTNização da economia, ou indexação plena de todos os contratos, também não agradou ninguém. Os três professores concordam que os recursos técnicos estão inviabilizados pela fragilidade política e decretaram o fim de políticas de curto prazo. A OTNização, disseram, provocaria uma hiperinflação, uma vez que as taxas em OTN, segundo cálculos de Modiano, já estão em 3%. O Governo ainda não conseguiu uma regra de conversão adequada e os efeitos seriam os mesmos de um congelamento de preços. A OTNização poderia levar a inflação a uma taxa de 32% ao mês.

A outra alternativa, tão preocupante quanto as anteriores, seria uma volta à ortodoxia. Ou seja: uma redução acentuada da demanda e uma forte retração fiscal e monetária. Além de provocar uma violenta recessão, como ocorreu no início dos anos 80, esses instrumentos teriam um efeito inexpressivo sobre a inflação.

Segundo Modiano, a inflação já está prefixada até o primeiro semestre do ano, uma vez que a Unidade de Referência de Preços (URP) será de 14,6% em março, se forem confirmadas as projeções do mercado futuro para uma inflação de 14% em dezembro, 17% em janeiro e 13% em fevereiro. Este, frisou, é um cenário favorável. A partir de março, abril e maio os reajustes dariam um mínimo de 15% ao mês.